

apprend trois pages plus loin que – "Il y a dans chacun des tomes une structure intrinsèque. C'est d'abord celle de l'histoire spécifique qui y est racontée..." (p. 275). Certes, la contradiction n'est qu'apparente, mais n'aurait-il pas fallu la relever et l'expliquer dans un ouvrage qui veut aider le lecteur à embrasser l'ensemble de *la Recherche*?

La conclusion, intitulée Modernité et Tradition chez Proust, essaie de faire la part de la tradition et de l'innovation dans *la Recherche*: avons-nous affaire à l'aboutissement d'une longue tradition ou à une innovation qui porte en germe le Nouveau Roman. Certes, l'un n'exclut pas l'autre en principe, mais pour Raimond, Proust regarde beaucoup plus vers le passé que vers un Robbe-Grillet ou un Michel Butor. Peut-être, mais il faudrait rappeler à Raimond que l'amorce d'un récit *en étoile* dont il parle au ch. III, c'est-à-dire une forme romanesque "qui n'obéirait plus aux lois du récit chronologique, et où le texte serait fidèle à l'ordre dans lequel les souvenirs se présentent à l'esprit," (p. 38-39) – cette amorce sera reprise et perfectionnée dans les romans d'un Claude Simon.

Quoi qu'il en soit, le côté vraiment innovateur de Proust ne fait pas de doute pour Raimond:

Là où, je l'avoue, il me semble que Proust est le plus moderne, et je dirai le plus profondément moderne, c'est dans la mesure où ce long roman est celui d'une Parole qui se profère patiemment, qui dit toute l'expérience affective et intellectuelle de celui qui parle, mais qui, par des voies autres que celles de l'omniscience traditionnelle s'insinue dans la conscience d'autrui, glisse dans tous les interstices possibles de l'histoire, pour gloser, commenter, expliquer, présenter des hypothèses d'interprétation, ... (p. 320-21)

Il faut rendre hommage à Raimond d'avoir fait de cet aspect la conclusion de son ouvrage. Par cette voix narrative qui représente à la fois les limites d'une conscience individuelle et l'omniscience d'un narrateur anonyme, Proust transgresse de manière spectaculaire la tradition littéraire. Or, la transgression d'une convention, tel est précisément le procédé par lequel l'œuvre s'appuie sur la tradition pour regarder vers l'avenir.

Nils Soelberg
Copenhague

Langue portugaise

Jürgen Schmidt-Radefeldt (Hrsg.): *Portugiesische Sprachwissenschaft*. Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1983 (Tübinger Beiträge zur Linguistik 212). 303 p.

Coube a Jürgen Schmidt-Radefeldt, de Kiel, já em 1976, ser redactor duma colecção de artigos sobre a língua portuguesa, *Readings in Portuguese Linguistics* (Amsterdam/New York/Oxford, North-Holland Linguistic Series 22), que, naquela altura, facilitou muito a integração do estudo do português na linguística internacional. Com esta nova colecção de trabalhos, escritos, a maior parte, por linguistas alemães, consegue testemunhar a vivacidade e a seriedade da lusitanística alemã. O livro contém doze contribuições, tendo os estudos de sintaxe e semântica certa preponderância (são em total sete). Os restantes

vão desde pesquisas na língua falada, linguística aplicada e de texto até à sociolinguística, representada por um trabalho do próprio redactor, no domínio da *Afro-romanística*, que nos oferece uma verdadeira cornucópia de informações e referências sobre o estado das línguas francesa e portuguesa no continente africano. Os dois estudos de linguística aplicada e de texto são, respectivamente, de António C. Franco (que trata dos erros cometidos por portugueses na aprendizagem do alemão) e de Michael Metzeltin (que muito instrutivamente, num estudo de índole geral a propósito da linguagem jornalística portuguesa, examina o chamado complexo do emissor, *Senderkomplex*). A presente recensão vai concentrar-se nos trabalhos sobre a língua falada e nos estudos sintácticos e semânticos.

Os dois trabalhos de Michael Scotti-Rosin e de Reinhard Meyer-Hermann virão ajudar a preencher uma das grandes lacunas na investigação do português, visto que a língua falada tem sido relativamente pouco estudada. A contribuição de Scotti-Rosin é bastante curta e não vai muito além dum relatório de pesquisas ainda por terminar. O tema são os chamados *Gliederungssignale*, bordões de língua como, p. ex., *pois, portanto, bem/bom, não é e pá*, de suma importância no idioma. O trabalho de Meyer-Hermann, bem maior e muito informativo, trata dos meios de atenuação (*Abschwächung*), cuja função interaccional é a de diminuir as responsabilidades (contidas num enunciado) do falante e/ou do seu interlocutor (p. 26). Estes meios apresentam grande variedade (há advérbios como *talvez* e *às vezes*, verbos modais, uso de certos tempos e modos, partículas, como o já mencionado *não é*, etc.), podendo, evidentemente, funcionar juntos (p. ex. uma forma como *deverá*, analisada pp. 44-45), mas que apenas têm o efeito atenuador sob determinadas condições e em determinados contextos (pp. 35-36). A contribuição de Meyer-Hermann faz parte duma investigação preparativa para uma gramática que, com diferença das existentes, se baseará nos chamados tipos de função interaccional (cf. pp. 47-50), uma gramática que, segundo o A. (p. 51), "reconstrua" a hipótese de que a escolha das formas de superfície (*Manifestationsformen*) no processo verbal é determinada pelos fins comunicativos do falante.

Com o artigo, de José G. Herculano de Carvalho, sobre a gramaticalização e os valores aspectuais do verbo *ficar*, entramos nos estudos sintácticos e semânticos. É conhecido que *ficar* (que não tem verdadeiramente paralelo nas outras línguas românicas, mas que se assemelha bastante ao escandinavo *blive*) apresenta grande complexidade semântica (e põe muitos problemas de ordem didáctica no ensino de português a estrangeiros). Por este motivo é de lamentar que a exposição de Herculano de Carvalho não contribua muito para melhor entendermos este verbo difícil. Faz uma distinção entre um valor fundamental (que é o significado de "permanecer"), tratado na primeira parte do artigo, e um outro (que equivale a "tornar-se"), de que fala na segunda parte; a análise semântica dos muitos exemplos desvaloriza-se por se basear demasiado na intuição e por ser, parece-me também, sistematicamente *ad-hoc*. De súbito a exposição acaba, no meio duma discussão interessante acerca de *ficar* + participio, e continuamos sem saber da relação entre estes dois valores aspectuais (e dum terceiro, com o significado de "estar") e da gramaticalização, que, aliás, passou rapidamente para um segundo plano.

O trabalho de Hermann Körner, sobre a (falta de) originalidade do infinitivo flexionado ("pessoal") do português, é uma contribuição de grande utilidade para a tipologia sintáctica das línguas românicas. Para resolverem o problema do sujeito do infinitivo, têm estas línguas seguido dois caminhos aparentemente muito diversos. O francês, o catalão e o italiano optaram por uma construção nova, a oração relativa chamada predicativa, e deram

as costas à construção que as línguas mais periféricas da România, o português, o espanhol, o sardo, o siciliano (e, provavelmente, outros dialectos italianos meridionais) e o romeno, desenvolveram do latim: o infinitivo com sujeito próprio em *nominativo*. Para Körner, a flexionabilidade do infinitivo português (e galego) reduz-se a um fenómeno secundário, concomitante, que ele relaciona, um tanto descuidadamente, com a integração dos pronomes oblíquos átonos (*vê-lo, vêem-no* etc., cf. p. 77) e com a supremacia da sílaba tónica no português (europeu actual! cf. p. 99, N. 2). Realmente, assim não avançamos na discussão do porquê da presença dum infinitivo flexionado no português e da ausência de formas semelhantes no, tipologicamente tão parecido, espanhol.

As observações, de Jaromír Tláškal, sobre o uso de certos tempos e modos no português oferecem ao leitor pouco mais do que este poderia ficar a saber consultando um dos já muitos manuais da língua (Tláškal cita dois; as outras referências que dá vão quase todas para a sua própria produção). De maior interesse, neste trabalho, são as considerações sociolinguísticas, embora não se indiquem as possíveis restrições geográficas (a substituição do presente do conjuntivo pelo presente do indicativo, na linguagem popular, p. 113, diz respeito ao português lusitano também?), e é de esperar que o A. prossiga por este caminho com estudos mais desenvolvidos, aperfeiçoando o seu aparelho teórico para que, p. ex., se clarifiquem o *status* e a interdependência das quatro linguagens mencionadas no artigo (português padrão, port. popular, port. coloquial e port. falado).

As contribuições de Klaus Böckle e de Paulo Martins Ferreira abordam ambas a semântica do conjuntivo, mas de pontos de partida profundamente opostos. Böckle acha prematuro (talvez até irrealizável) querer encontrar um valor fundamental (*Grundwert*) que abranja todos os usos do conjuntivo português e limita-se, conseqüentemente, a procurar, por via indutiva, os vários matizes semânticas das construções com *dai que* (e outras parecidas). Estas construções conclusivas distinguem-se tanto pela atitude do falante como pelo uso modal (admitem conjuntivo) das consecutivas (no indicativo, na forma "pura") com que a tradição gramatical, frequentemente, as tem confundido. O programa de Böckle será, assim, investigar o mecanismo do conjuntivo através duma análise comparativa dos diferentes tipos de emprego para poder chegar a estabelecer zonas (*Teilfelder*) semânticas de maior ou menor grau de parentesco (p. 152), rejeitando, *a priori*, qualquer tentativa duma explicação "onomasiológica". O objectivo de Martins Ferreira é, comparado com o de Böckle, bastante mais ambicioso: propõe-se definir o *Grundwert* não-só, do conjuntivo português, mas deste modo verbal nas línguas românicas na sua totalidade. Lança, para este fim, três hipóteses, minuciosamente elaboradas e ligadas entre si (pp. 185, 187 e 189), das quais se segue que a oposição entre os modos indicativo e conjuntivo se reduz à questão duma *selecção* dum termo da disjunção implicada pela proposição dada — é o que o conjuntivo assinala — ou duma não-selecção, denotada pelo indicativo (p. 192). O conjuntivo, que normalmente fica impedido, por ter esta função, de representar uma "acção autónoma" (íbid.), designa, portanto, uma (só) alternativa que o falante, num caso concreto, escolha entre outras alternativas concebidas como possíveis. Bom. Esta definição é de tal maneira abstracta e o seu campo de aplicação tende a tornar-se tão vasto que a potência explicativa da mesma irá perigosamente para perto de zero. Martins Ferreira discute, sobretudo, frases relativas e construções com *dai que*; mereceriam as hipóteses formuladas por ele ser testadas num confronto com um maior número de usos do conjuntivo mais variados.

Hans Schemann e Wolf Dietrich focam as perífrases verbais que a tradição gramatical tem denominado modais (*haver de* + infinitivo etc.). O pequeno trabalho de Schemann

é muito prometedora. Mostra como uma abordagem "pragmática" será necessária para melhor captar o subtil jogo de pressuposições que caracteriza tanto estas perífrases como as partículas modais do tipo *aber* do alemão. No entanto, a "constelação" das condições pragmáticas implica uma base semântica, a ser investigada dentro duma teoria da metaforização (*Übertragung*, pp. 204-205). O uso das partículas modais e bem assim desta perífrase conferem à frase uma certa atitude do falante, completando o predicado. Schemann submete *haver de* + inf. a uma análise rápida e acaba por colocá-la, como perífrase pragmaticamente determinada, em contraste com as que apenas o são em certas construções/circunstâncias (*ir a* + inf., p. ex.) e com as que nunca o são (*estar a* + inf., p. ex.) (p. 208). *Haver de* + inf. também entra no estudo, de moldes bem mais tradicionais, de Dietrich, ao lado de outras que têm função de "catástase" (termo do A., p. 222), por indicarem a posição do sujeito perante a acção verbal (p. 213; cp. Schemann). São verdadeiras perífrases verbais (isto é, "mais" do que simples cadeias de verbo + objecto) porque são constituídas por um "verbum adiectum", um verbo-instrumento, cujo conteúdo lexical se actualiza somente em relação a um outro verbo (p. 215). Dietrich classifica estas perífrases (todas com infinitivo) em quatro grupos, as quais exprimem, respectivamente, hábito (os verbos modais são *costumar* e *usar*), intenção (*dignar-se a*), obrigação (*haver/ter de/que* e *dever*) e probabilidade (*poder*). Não se exclui que existam ainda mais perífrases de função catastática (mas *saber* + inf., p. ex., não caberá neste grupo por não formar perífrase), e seria interessante, agora, que os princípios esboçados por Schemann se aplicassem a estas e às outras tratadas por Dietrich, a fim de que as repetidas afirmações deste A., de que os vários matizes semânticos se situam, exclusivamente, no nível da fala, se possam justificar melhor.

Antes de terminar, duas pequenas observações. É pena que, em alguns dos artigos, os elementos bibliográficos, em vez de dispersos em notas avulsas, não estejam alfabeticamente reunidos no fim do texto. Também não posso deixar de chamar a atenção para o sem-número de erros tipográficos que salpicam desagradavelmente a leitura (p. ex.: *deixi* por *deixei*, p. 89, e *que* pelo italiano *che*, p. 96 e 97!). Neste aspecto, ainda que secundário, seria de esperar maior *Gründlichkeit*.

Concluindo, esta colecção de artigos manifesta claramente, como se vê, que se fazem nítidos progressos nos estudos da língua portuguesa e interessará, penso, a um público não só de lusitanistas como também de curiosos destes assuntos e de romanistas em geral.

Birger Lohse
Copenhaga

Langue italienne

GAVI. *Glossario degli antichi volgari italiani*. Volume 1: *Introduzione, Bibliografia, Segmento "A-azzurro", Repertorio*. A cura di Giorgio Colussi. Helsinki 1983. CXXXVIII + 342 p.

E' questo il primo volume di un dizionario dell'italiano antico destinato a comprendere una decina di segmenti o volumi.

Nell'"Introduzione" si spiega in modo minuzioso e dettagliato com'è venuto formandosi il piano dell'opera. Giorgio Colussi è partito da un assai ricco materiale lessicale del '200